

APRESENTAÇÃO

Sussurros não bastam

“O povo rugiu, mas o G8 apenas sussurrou.” Essa foi a poderosa metáfora usada por Kumi Naidoo, presidente da Chamada Global para a Ação contra a Pobreza¹ (GCAP, na sigla em inglês), ao expressar sua desilusão com o resultado da reunião dos oito dirigentes políticos mais poderosos do mundo na Escócia, em julho de 2005.

Calcula-se que bilhões de pessoas viram os concertos televisionados do *Live 8*, no dia anterior à reunião do G8. Milhares delas enviaram mensagens por correio eletrônico ou celulares, exigindo decisões concretas e práticas do G8 contra a pobreza: mais ajuda e de melhor qualidade para o desenvolvimento, o perdão da dívida para os países que não podem oferecer serviços sociais básicos a suas populações e relações comerciais mais justas.

As expressões da opinião pública exigindo medidas contra a pobreza foram tão impressionantes que os oito dirigentes decidiram demonstrar seu compromisso com a causa, assinando um comunicado final numa cerimônia pública – algo pouco habitual nas reuniões do G8. No entanto, além de os anúncios oficiais não terem atendido plenamente as esperanças, mesmo antes de secar a tinta do comunicado, o representante dos Estados Unidos no encontro (principal assessor do presidente George W. Bush) negou ter concordado com qualquer aumento da ajuda estadunidense.

Naquele momento, a atenção do mundo estava focalizada nas bombas que explodiram no sistema de transporte de Londres. Assim, pouca gente se deu conta do enorme rugido, calado rapidamente e transformado num sussurro envergonhado.

O relatório de 2005 do *Social Watch* trata precisamente da distância que separa as promessas da ação. A pobreza e a discriminação entre os gêneros literalmente matam, e seria possível evitar milhares de mortes silenciosas ocorridas diariamente.

Há 60 anos, quando foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), a motivação imediata era “preservar as gerações futuras do flagelo da guerra”. Porém, as pessoas visionárias que escreveram a Carta da ONU em San Francisco já sentiam que a “segurança coletiva” e a ausência de guerras não bastavam e não podiam ser conquistadas sem “reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa

humana, na igualdade dos direitos dos homens e das mulheres e das nações grandes e pequenas”, juntamente com a resolução de “promover o progresso social e [...] elevar o nível de vida, dentro de um conceito mais amplo de liberdade”.

Em 1995, quando o fim da Guerra Fria voltou a despertar as esperanças de que finalmente seriam concretizadas as promessas daquele documento, grupos de cidadãos e cidadãs de todo o mundo se reuniram e criaram o *Social Watch*, para apresentar relatórios anuais independentes sobre como os governos cumpriam suas próprias normas e promessas. Naquela época, como agora, a atenção estava concentrada nas promessas solenes que fizeram os chefes de Estado de alcançar a igualdade entre os gêneros e erradicar a pobreza, “fazendo história” às vésperas do século XXI.

Este é o décimo relatório do *Social Watch*. Seu conceito essencial não mudou: nossos governantes assumiram compromissos e os cidadãos e as cidadãs têm o direito e a responsabilidade de exigir que os governos prestem contas de suas promessas e obrigações legais. O que mudou na última década foram as ferramentas de controle do *Social Watch* e a amplitude de nossa rede.

O primeiro relatório do *Social Watch*, de 1996, incluía as conclusões das ONGs de 11 países. O relatório de 2005 reúne as conclusões de mais de 50 coalizões nacionais de todos os continentes. Cada informe nacional² foi composto por organizações e movimentos que realizam atividades ao longo de todo o ano sobre os temas de desenvolvimento social. Eles fazem uma reunião anual para avaliar as ações do governo e seus resultados. Suas conclusões não se propõem apenas como pesquisas, mas são usadas para interpelar as autoridades e ajudar a desenhar políticas públicas melhores a favor das pessoas pobres.

Os relatórios do *Social Watch* não são feitos *sob encomenda*. O tema específico de cada edição é discutido coletivamente e cada grupo nacional decide suas próprias prioridades e ênfases. Os grupos arrecadam seus próprios recursos, usados majoritariamente em consultas aos movimentos sociais, para solicitar provas e validar suas conclusões. O Secretariado Internacional tem o papel de processar todas essas informações e editar o relatório mundial. O Comitê Coordenador

1 <www.chamadacontrapobreza.org.br>

2 No Panorama Mundial deste volume, são apresentados os relatórios de sete países. Os demais estão disponíveis no CD que acompanha a publicação.

Internacional do *Social Watch*, eleito pelas plataformas nacionais numa assembléia, proporciona orientação e liderança a essa rede. Uma equipe de pesquisadores(as) sociais, radicada em Montevideu, sede do *Social Watch*, obtém as últimas informações existentes, nacionais e internacionais, e as processa com metodologias formuladas, testadas e analisadas a fundo nos últimos dez anos, para apresentar as estatísticas de cada país e os resumos mundiais incluídos no CD que acompanha esta publicação.

Também no CD, é apresentado um Índice de Capacidades Básicas – baseado na metodologia originalmente desenvolvida pela coalizão das Filipinas para monitorar os governos locais – e outro indicador também original: o Índice de Equidade de Gênero. As conclusões desses índices são compatíveis com as dos informes nacionais e com a análise detalhada de cada uma das dimensões da pobreza e da desigualdade (educação, saúde, nutrição e habitação). Infelizmente, conclui-se que, sem uma mudança fundamental nas tendências atuais, simplesmente não serão cumpridas até

mesmo as metas mínimas solenemente acertadas por chefes de governo e de Estado, durante a Cúpula do Milênio em 2000.

A reunião do G8 na Escócia não gerou o impulso adicional necessário para avançar na direção de um mundo livre da pobreza e com igualdade entre gêneros, raças e etnias. Os líderes mundiais tiveram nova oportunidade este ano, quando se reuniram para celebrar o 60º aniversário da ONU, em setembro, e terão uma última chance quando enviarem seus ministros à reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Hong Kong, em dezembro.

Ao demonstrar que as promessas anteriores não foram cumpridas, não fomentamos o ceticismo, porém exigimos ações. A história continua evoluindo. Ainda não foram ditas as últimas palavras, e cidadãos e cidadãs podem, sim, fazer diferença. O momento de agir contra a pobreza é agora!

Roberto Bissio

Secretariado Internacional do *Social Watch*